

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE DO MORRO DA MARIQUINHA EM FLORIANÓPOLIS/SC

Socio-environmental aspects in the Mariquinha's Mount at Florianópolis/SC

Claudia Xavier MACHADO¹

É preciso fortalecer a esperança desta comunidade para que possa voltar a acreditar que a história é um processo de construção humana onde todos devemos participar. E, disto, os pioneiros do Morro da Mariquinha já eram conhecedores.
Leonice Boufleur²

RESUMO

Neste artigo são apresentados e discutidos os problemas socioambientais do Morro da Mariquinha – comunidade inserida no maciço central de Florianópolis. Foram realizadas entrevistas e levantamento de notícias em jornal e do histórico da ocupação, posteriormente, foi feita uma análise do modo como a mídia retrata o morro e foi elaborado um perfil da comunidade dentro dos aspectos analisados.

Palavras-chave:

Morro da Mariquinha, Florianópolis/SC, socioambiental, qualidade de vida, exclusão social.

ABSTRACT

This article analyzes the socio-environmental problems in the Mariquinha's Mount; inserted community in the central bulk of Florianópolis. Interviews had been carried through and survey of news in newspapers survey of job history, later, was made an analysis concerning the way as the press shows the mount and a profile of the situation in the community was elaborated.

Key-words:

Mariquinha's Mount, Florianópolis/SC, socio-ambient, quality of life, social exclusion.

¹ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Acadêmica do Curso de Especialização em Análise Ambiental, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Nilson César Fraga.

² Leonice Boufleur é coordenadora do Centro Educacional Infantil Cristo Redentor e atua na comunidade desde 1985, quando a extinta Fundação Educacional de Santa Catarina (FESC) era responsável pelos CEIs do Estado e contratava todo o corpo de funcionários. O momento em que ela se tornou coordenadora, na época em que a creche ainda funcionava no prédio da capela, foi quando Léo, como é conhecida, começou a se envolver com as causas da comunidade. Além da jornada de trabalho durante a semana, ela freqüentava as atividades no final de semana, como missas e almoços com as famílias, o que possibilitou um maior contato com a história do local e com seus moradores. Após anos trabalhando, observando e convivendo no Morro da Mariquinha, Léo declara, explicitamente, que um de seus grandes objetivos é retomar a mobilização dos moradores e tornar os mutirões práticas corriqueiras. Hoje, quem visita a creche se sente contagiado pelo amor que ela e os demais funcionários têm pelo local e pelas crianças. É visível a energia e a força de vontade que ela canaliza para as causas da comunidade. Ela fala em falta de recursos, pouca participação dos moradores, mas nenhum desses motivos a deixa menos esperançosa; talvez sim, mais desafiada.

INTRODUÇÃO

O Morro da Mariquinha é uma das diversas comunidades instaladas irregularmente no Maciço que enfrenta problemas de degradação sócio-ambiental. O morro se caracteriza por ser um espaço tradicional de habitação, com ocupação de áreas de alta declividade, urbanização não oficializada pela prefeitura, habitações simples, com carência de vias de transporte e saneamento. A população é predominantemente negra, de baixa renda, e a partir das partes mais baixas, foi se instalando progressivamente por toda a encosta, em sucessivas ocupações, de forma que residentes advindos de migrações mais recentes, principalmente do interior de Santa Catarina, predominam nas partes altas.

Em resposta a uma reivindicação por melhorias feita pelos próprios moradores do Maciço Central, exposta em um documento enviado aos órgãos públicos, foi criado o Projeto de Extensão “Plano Comunitário de Urbanização e Preservação do Maciço Central de Florianópolis”, com o intuito de realizar diversos tipos de estudos de meio ambiente e planejamento urbano na área, tendo como objetivo final a proposição de soluções para os principais problemas encontrados. Como parte do projeto maior, a pesquisa apresentada neste artigo se propôs a levantar os problemas sócio-ambientais que ocorrem no Morro da Mariquinha.

Para isso, foi realizado, inicialmente, o levantamento de informações históricas sobre a comunidade por meio de pesquisa bibliográfica. Devido à grande dificuldade na obtenção de informações e documentos sobre a origem do Morro da Mariquinha e de sua evolução, constatou-se a necessidade de uma visita à comunidade com o objetivo de resgatar a sua história, a partir de depoimentos de antigos moradores.

Com o intuito de obter o enfoque dado por um meio de comunicação de abrangência, foram coletadas notícias publicadas no AN Capital, caderno que faz parte do jornal A Notícia, e que circula apenas na cidade de Florianópolis. Através do endereço digital <http://an.uol.com.br/ancapital/>, foram coletadas 61 notícias, no período de janeiro de 1997 a junho de 2002. Em seguida, estas foram separadas pelos seguintes temas: áreas verdes, áreas de risco, lixo, educação, violência e qualidade de vida.

Além disso, foram realizadas entrevistas gravadas com representantes das seguintes categorias: adolescente (entrevista 01), morador recente (entrevista 02), morador antigo (entrevista 03) e líder comunitário (entrevista 04). A escolha dos entrevistados se deu a partir de indicação dos próprios moradores.

LOCALIZAÇÃO E MEIO FÍSICO DA ÁREA

O Maciço Central está localizado no centro da cidade de Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, e se enquadra entre as coordenadas 27° 34' 36" S e 27° 36' 46" S e 48° 32' 53" W e 48° 31' 20" W. Como pode ser observado na Figura 1, o Morro da Mariquinha localiza-se na vertente oeste do maciço e suas cotas altimétricas vão de 5m, na altura da Av. Mauro Ramos, até 188m, no topo da vertente.

Segundo SCHEIBE (2002), o Maciço Central é caracterizado por três unidades litológicas que correspondem aos granitos, riolitos e diques de diabásio.

O granito presente na área é do tipo Ilha e predomina sobre as duas outras unidades. O solo proveniente de sua alteração resulta em horizontes A e B bem desenvolvidos com textura argilo-arenosa, e um espesso horizonte C.

Com a retirada da Floresta Ombrófila Densa que, originalmente, recobria o solo pouco espesso, ocorreu uma intensificação dos processos erosivos provocando perda de material e conseqüente exposição de blocos que podem se tornar instáveis. O problema é ainda mais grave quando há cortes de barrancos para a instalação de casas em encostas naturalmente íngremes.

O riolito, que origina solos pouco espessos, está presente em menor quantidade na área.

O diabásio sofre alteração mais rapidamente, e o solo proveniente desta alteração, constituído por argilominerais, óxidos e hidróxidos, é de natureza plástica. Por essa razão, locais onde ocorrem os diques de diabásio geralmente correspondem a vales e depressões.

Zonas de contato entre o diabásio e o granito são favoráveis a se constituir em áreas de risco. A ocorrência de chuvas intensas que, predominantemente, acontece no verão, intensifica os processos erosivos tornando a área mais suscetível a deslizamentos.

ASPECTOS HISTÓRICOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO MORRO DA MARIQUINHA

O Morro da Mariquinha é uma das diversas comunidades inseridas no Maciço Central, também conhecido como Morro da Cruz ou Morro da Antena. Desde o início de sua ocupação, mais especificamente no caso da vertente voltada para o centro histórico da cidade, a área foi procurada por pessoas de baixa renda. Muitos eram ex-escravos, que trabalhavam em casas de família no Centro ou no Mercado Público. De acordo com o depoimento de um líder comunitário, o primeiro reduto de favelamento da capital ocorreu na cabeceira

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MORRO DA MARIQUINHA.
MAP OF LOCATION: MARIQUINHA MOUNT



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Source*

da Ponte Hercílio Luz. Com o início da construção da ponte, em 1922, estas pessoas foram deslocadas para o atual Morro do Mocotó, mas mesmo antes disso, há relatos sobre pessoas morando na área mais próxima à atual Av. Mauro Ramos.

Com base em fotos aéreas levantadas no IPUF, até 1938 a ocupação do Morro da Cruz se limitava às partes próximas à área central com menor declividade, sendo exclusivamente por pessoas de baixa renda. Foi a partir de 1938 que se intensificou a ocupação nas outras áreas do morro e entorno, entretanto este fenômeno atingiu seu auge no período entre 1957 e 1978.

PAMPLONA (1999) explica que a expansão ocorrida no centro da cidade após a ligação terrestre da ilha com o continente, em 1926, deu origem a uma crescente especulação imobiliária e conseqüente valorização das áreas periféricas do centro, e cita o caso da encosta oeste do Maciço do Morro da Cruz, ocupada até então, apenas pelas classes mais pobres. Apesar disso, a instalação de pessoas de baixa renda continuou a acontecer no morro. O início da ocupação sistemática das áreas mais altas e com maior declividade ocorreu nas décadas de 60 e 70, principalmente de imigrantes vindos do interior do estado.

A ORIGEM DO MORRO DA MARIQUINHA

O nome da comunidade em questão se deve à Mariquinha do Sobrado, antiga proprietária de uma pensão que funcionou há aproximadamente 50 anos na Rua Laura Caminha Meira e também dos terrenos localizados acima, nesta mesma rua, conforme o depoimento de uma antiga residente.

Logo após o início da instalação das casas, começou a funcionar a primeira igreja da comunidade na casa de Zé Lopes, um dos pioneiros na ocupação do Morro da Mariquinha. Por não haver um local específico para a mesma, ele passou a emprestar a sala de sua casa para os encontros religiosos. Uma vez por semana era retirada uma das paredes da residência para que houvesse espaço para todos os fiéis assistirem à missa do Padre Pedro Marthendal. A construção da segunda igreja da comunidade foi possível com a doação de um terreno para a Catedral Metropolitana, por parte de Seu Martinho, morador antigo da comunidade. Com a participação dos moradores e de Pe. Marthendal, a nova igreja foi fundada em 1976. Segundo BOUFLEUR (2001), em 1980 foi constatada a falta de um local para deixar as crianças da comunidade no período em que as mães trabalhavam. Como não havia um espaço adequado para este fim, surgiu a idéia de se utilizar o espa-

ço da capela, mas para isso seria necessária uma pequena reforma. Em 12 de outubro de 1981, após a construção de uma cozinha e um banheiro, a creche da comunidade foi inaugurada.

Posteriormente, a creche ganhou um novo prédio e se tornou Centro de Educação Infantil Cristo Redentor, inaugurado em 1987. A igreja definitiva do Morro da Mariquinha foi terminada em 1996, ainda com o engajamento do Pe. Marthendal. Após a sua transferência para uma unidade da Trindade um novo padre passou a celebrar as missas na Igreja Nossa Senhora Aparecida, mas segundo relatos, a sua falta de engajamento fez com que muito fiéis parassem de frequentá-la.

O AN CAPITAL OLHA O MORRO

A análise do enfoque dado por um representante da mídia local às ocorrências no morro foi realizada através de um levantamento das reportagens sobre o Morro da Mariquinha entre os anos de 1997 e 2002, no endereço digital do periódico AN Capital. Das 61 citações obtidas: duas tratavam sobre as áreas de risco, sete sobre áreas verdes, quatro sobre lixo, três sobre educação, trinta e oito sobre violência e sete sobre qualidade de vida. A discrepância entre o número de notícias sobre violência e os demais assuntos coloca o periódico em uma posição de influenciador na criação de um estereótipo. A partir do momento em que publica, sistematicamente, notícias que retratam violência e tráfico de drogas, em detrimento de outros assuntos, ele cria no imaginário dos moradores “de fora do morro” a idéia de que naquele local só há criminosos.

AVALIANDO A SITUAÇÃO DA COMUNIDADE

Com base em relatos dos moradores do Morro da Mariquinha colhidos em entrevistas, foi possível fazer um perfil da avaliação que os mesmos fazem da situação atual da comunidade. São opiniões que, por vezes, se opõem às publicadas no jornal, e até às próprias opiniões de outros moradores. O que ficou claro é que em alguns relatos, o interlocutor amenizou seus comentários, e até se calou, por medo de se comprometer com traficantes.

AS ÁREAS DE RISCO

Áreas de risco podem ser facilmente identificadas principalmente durante e após a ocorrência de chuvas intensas concentradas. AFONSO (1999) mostra que o

Morro da Mariquinha está inserido no que chama de “área 8”, onde os problemas esperados no local são “desde blocos de granito em posição instável nas cristas a blocos rolados. O solo residual de diabásio conjugado à drenagem insuficiente tende ao escorregamento” (p. 420).

Apesar desta constatação, não se dá a devida importância ao problema. Quando questionado se haveria risco de deslizamento no morro, o morador ameniza, declarando que “não há risco, pois as pedras seguram” (entrevista 02). Parece incoerente quando se constata que exatamente um dos riscos enfrentados é o rolamento de rochas, agravado pela retirada de vegetação das encostas como mostrou o levantamento de áreas de risco realizado pela Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) publicado no caderno Geral do AN Capital em 29 de agosto de 1999. Ele aponta, entre outras, a rua Laura Caminha Meira como um dos locais onde se concentraram as ocorrências de deslizamentos após períodos de chuvas intensas, quando comparados os registros de janeiro a novembro de 1997 e 1998.

Ainda em campo, foi constatado que há, atualmente, alguns pontos onde existe perigo de deslizamento, colocando várias casas em situação de risco, inclusive algumas delas já foram abandonadas.

AS ÁREAS VERDES

No documento redigido em julho de 2000,³ assinado pelos conselhos comunitários e associações de moradores do Maciço Central, com as propostas para a solução dos problemas enfrentados nas comunidades, foram destacados: segurança pública, meio ambiente e esporte, cultura e lazer.

No item “meio ambiente”, trazido no documento, é exaltado o potencial paisagístico da área do Maciço Central. Entre as propostas envolvendo preservação e manutenção das áreas verdes contidas neste documento, destaca-se a “(...) criação e implementação do Parque Ecológico Menino Deus, em parceria com o Hospital de Caridade e a comunidade do Morro da Mariquinha (...)”.

Vale ressaltar que durante as entrevistas este não foi um assunto muito explorado pelos entrevistados. A reivindicação foi, possivelmente, uma iniciativa das lideranças comunitárias que não foi divulgada e articulada entre os demais moradores. Segundo Leonice Bouffleur, líder comunitária e coordenadora do CEI Cristo

Redentor, já apresentada na página 125, a Mata do Caridade pode ser uma alternativa ambiental para as comunidades.

(...) Se as pessoas forem consideradas importantes, nesse trabalho todo. De repente, usando a mão-de-obra para isso e mostrando para elas o que pode ser feito. De repente, fazer uma coleta coletiva. E vendo para onde que vai reverter esse benefício. Aí seria interessante, sim... (Entrevista 04).

Mesmo com todos os projetos para a Mata do Caridade, a população de seu entorno dá continuidade à degradação, iniciada há muitos anos com o desmatamento, depositando rejeitos domésticos no local. Talvez por enfrentarem problemas mais sérios para se reivindicar. Por que se preocupar com a mata quando há lixo espalhado na porta de casa ou falta de vaga na escola para os filhos? Deixar de derrubar algumas árvores e não ter onde morar ou derrubar para construir a própria casa? Parece fútil falar em preservação de áreas verdes quando as necessidades mais básicas não são atendidas.

LIXO

Um dos problemas apontados pelos moradores do maciço é o fim incorreto dado ao lixo. Problema que fica evidente quando se caminha pelas travessas e escadarias da comunidade. A coleta, realizada pela Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), ocorre três vezes por semana só na parte mais baixa do morro, mas os moradores pedem que esta seja mais freqüente e que atinja todo o morro, até mesmo as áreas mais íngremes. No documento enviado aos órgãos públicos e à Universidade Federal de Santa Catarina eles sugerem, entre outras coisas, “(...) coleta de lixo via tração animal, a coleta de lixo diferenciada e o reaproveitamento do lixo orgânico para a produção de composto e de húmus via minhocas nas comunidades”. Para o adolescente entrevistado, este problema poderia ser resolvido se fosse realizado um trabalho de conscientização com as pessoas da comunidade. Um bom exemplo deste tipo de iniciativa é o trabalho realizado no CEI Cristo Redentor. Leonice relata o trabalho de educação ambiental que realiza com as crianças, no qual é ensinado, desde cedo, a jogar o lixo no local adequado e como fazer uso de sucata, na confecção de brinquedos e livros.

3 O referido documento, assinado pelos conselhos e associações das comunidades do Maciço Central de Florianópolis e datado de 06 de julho de 2000 não apresenta título para que possa ser adequadamente referenciado. Está disponível para consulta na seguinte referência: MACHADO, Claudia Xavier. *Análise Sócio-Ambiental do Morro da Mariquinha - Maciço Central de Florianópolis*. Florianópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. 2002. Anexos.

É bom trabalhar com papel bom. Mas ao mesmo tempo, de repente, essa criança, que não trabalha esse material, quem sabe valoriza de forma diferente quando ela vê que dá para fazer uma coisa diferente com isso. E vai valorizar diferente quando ela vê o catador de papel. De que essa pessoa está catando uma coisa útil (...) (Entrevista 04).

em casa. A revista não vai com ela para casa. E são coisas simples, mas ela não tem! (...) (Entrevista 04).

Várias propostas voltadas para educação foram incluídas no documento confeccionado pelos líderes comunitários do Maciço Central. Propostas estas que vão desde uma formação continuada de professores, até reforma nas escolas e programas que abordem a relação família e escola. “Temos clareza de que o papel do Estado é amplo, mas que deve, neste momento vivido nas comunidades citadas, extirpar, via educação principalmente, o segundo Estado que aqui se instalou, o Estado do narcotráfico”. (Extraído do documento redigido pelas comunidades)

A EDUCAÇÃO

A preocupação dos pais e professores do Morro da Mariquinha e demais comunidades é retirar os jovens e crianças da rua dando a eles uma formação adequada no período escolar e oportunidades de atividades recreativas fora dele. Afala de Leonice, diretora da creche, mostra, em tom de desabafo, o que poderia ser feito para oferecer às crianças melhores condições de aprendizado:

Eu pessoalmente tenho como sonho, (...) que a gente trabalhe no sentido de conseguir um espaço para as nossas crianças ocuparem. Para elas não precisarem soltar pipa no meio da rua. (...) Porque é muito fácil dizer que a criança fica solta no morro e não faz nada. Mas vai fazer aonde, se não tem espaço? (Entrevista 04).

O CEI Cristo Redentor, hoje, atende aproximadamente setenta crianças de zero a seis anos. Após completarem seis anos, elas devem ser encaminhadas às escolas da rede pública de Ensino Fundamental. Como foi constatado nas notícias e em relatos gravados, o colégio mais próximo ao Morro da Mariquinha, o Instituto Estadual de Educação, não costuma oferecer vagas às crianças do morro. “O pai que consegue uma vaga para o filho no Instituto é um pai premiado”, desabafa uma moradora antiga.

No caso do Morro da Mariquinha, a criança estuda até os seis anos na creche da comunidade, onde convive com outras crianças que se encontram em situação similar à dela. Ao completar sete anos é obrigada a interagir com moradores de outros bairros que, muitas vezes, fazem parte de outras classes sociais, e passa a ser vítima de preconceito. A cor da pele, a situação financeira e até a dificuldade de aprendizado colocam estas crianças em uma situação que poderia ser evitada se algumas pequenas atitudes fossem tomadas, como mostra a fala de Leonice:

Ela (criança) vai para a escola com sete anos. E no outro período? Porque é muito fácil dizer que a criança do morro não aprende a ler, mas ela ganha os deveres para casa, da 1ª série, principalmente, “recorte da revista as letrinhas tal”, mas a criança não tem revista

A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA

A situação atual das comunidades do Maciço Central em relação à violência é muito delicada. Segundo relatos, há aproximadamente 10, 15 anos não havia a preocupação com segurança. Hoje, os moradores são obrigados a conviver com transações de compra e venda de drogas no portão de suas casas. Muitas vezes sabem quem são os envolvidos, mas não podem fazer nada, pois estariam colocando a sua vida e a de suas famílias em risco.

Durante algumas entrevistas com moradores, quando abordado o assunto do tráfico de drogas, mesmo que muito superficialmente, as pessoas baixaram o tom de voz, sussurraram e até pediram para desligar o gravador. É um comportamento compreensível quando se avalia o poder que os traficantes têm hoje no morro e a facilidade com que crimes são cometidos. A matança indiscriminada, intitulada pela mídia de “Guerra do Tráfico”, que ocorre entre as comunidades do Morro da Mariquinha, Nova Descoberta e Monte Serrat, levou um dos entrevistados a avaliar que “... vai chegar um dia que isso vai acabar. Todo mundo querendo subir e subir... Vai chegar uma hora que não vai sobrar ninguém nessa história (...)” (Entrevista 01).

Além de viverem sob a pressão do tráfico dentro de sua comunidade, fora dela são vítimas de preconceito decorrente do estereótipo criado pela mídia para o “morador do morro”. Segundo relatos, quando preenchem formulários de emprego, muitos preferem omitir seu endereço dizendo apenas que moram no Centro. Mesmo não tendo envolvimento em atividades ilícitas eles se sentem compelidos a mentir sobre o local que residem para não serem vítimas de mais discriminação. No documento, já citado anteriormente, preparado pelos moradores há uma frase que revela muito a esse respeito. Eles requerem:

(...) um policiamento em caráter educativo-preventivo (...) que identifique os moradores como cidadãos, sujeitos de direitos e não como se todos fossem marginais (...). É necessário fazer os cidadãos se sentirem seguros e não como se eles fossem os “fora-da-lei”, quando na verdade são as únicas vítimas.

A QUALIDADE DE VIDA

O problema da criança na rua é evidente, e embora haja instituições como a CEI Cristo Redentor no Morro da Mariquinha, o Projeto Travessia no Monte Serrat e a Casa da Criança no Morro do Mocotó, ainda há uma lacuna a ser preenchida. O número de crianças e jovens sem ocupação e nas ruas é grande e a prova disso é a incidência com que estes acabam por se envolver no tráfico de drogas.

O adolescente entrevistado expõe suas idéias, já bastante elaboradas, de como minimizar o problema da falta de área de lazer. Para ele, a abertura das dependências do Instituto Estadual de Educação, localizado em frente ao Morro da Mariquinha, para o lazer, é uma delas: “... o Instituto, no final de semana não tem ninguém, e eu acho que devia abrir o portão e deixar o pessoal ter um lazer. Poder um pai levar o filho para soltar uma pipa (...)” (Entrevista 01).

Ainda de acordo com ele, o espaço do Instituto poderia ser utilizado para gincanas e/ou atividades culturais, esportes, culinária, desenho, música, envolvendo não somente os moradores do Morro da Mariquinha, como também as comunidades vizinhas, o que proporcionaria uma maior interação entre elas.

No período de maio a outubro de 2001, foi realizado um mutirão para a construção de um parque para as crianças, na creche, que contou com a participação de pais e mães dos alunos e funcionários. Foi uma iniciativa positiva da qual muitos poderão usufruir, mas em uma conversa com Leonice, percebe-se que ainda assim, muitos relutam em ir adiante. Ela cita o terreno em frente à creche, local aonde planeja instalar uma área de lazer para as crianças da comunidade. Já foi feito o pedido de compra do terreno para a Prefeitura e nada aconteceu até agora.

O movimento comunitário já foi bastante organizado no morro. O que se constatou nos diversos depoimentos colhidos foi que muitas das melhorias obtidas foram resultado de protestos e de mutirões. Atualmente este tipo de organização não ocorre com a mesma frequência. Leonice expõe a dificuldade que encontra atualmente para reunir os moradores em prol de uma causa. Os demais entrevistados também afirmaram haver uma grande desmobilização por parte

da comunidade e a falta de uma atuação mais efetiva do Conselho Comunitário.

Segundo o morador recente, as únicas reuniões que existem na comunidade são as que a creche organiza, mas esta situação não foi sempre assim. Com base nos relatos do morador antigo, há cerca de vinte anos, o Conselho era bastante atuante e contava com a participação efetiva dos moradores em reivindicações e mutirões. “Foi sempre assim. Uma vez a rua desmanchou toda (...), aí a gente batalhou, conversou muito com a prefeitura e então arrumaram a rua” (Entrevista 03).

Leonice avalia que as trocas sucessivas na presidência do Conselho Comunitário foram responsáveis pelo enfraquecimento do mesmo nos últimos anos. Ela analisa da seguinte forma o processo de desmobilização no Morro da Mariquinha: “(...) teve várias trocas de lideranças. As pessoas trocando sem ter uma eleição foi afastando as pessoas mais antigas” (Entrevista 04). Ela sugere, ainda, que o espaço da igreja deveria ser ocupado e defende a retomada da organização de mutirões, que está enfraquecida no morro:

O mutirão é também um resultado (...) para as pessoas voltarem a acreditar que a gente consegue. E não dá para ficar frustrado quando vêm dois ou três. Eu acredito que esses dois ou três voltem a contagiar quatro ou cinco. Então eu estou com muita vontade de resgatar esse movimento e as pessoas conseguirem acreditar que é possível o trabalho de formiga (Entrevista 04).

Assim, os problemas ambientais presentes no Morro da Mariquinha como a degradação do meio ambiente, a falta de uma infra-estrutura adequada voltada para a educação, cultura e lazer, o lixo sendo depositado em local inadequado, o tráfico de drogas, a violência, entre outros, não são muito diferentes dos encontrados em outras comunidades carentes. Entretanto, este fato não os torna menos relevantes. Um ponto importante que deve ser levado em consideração é o modo como estes problemas afetam a qualidade de vida dos moradores. Falar de qualidade de vida é falar um pouco de cada item já mencionado. Tudo o que garante os “direitos sociais elementares”, como chamaram os moradores (SOUZA, 2000).

O documento elaborado com as reivindicações da comunidade coloca propostas que envolvem diretamente segurança pública, meio ambiente e cultura, esporte e lazer. Entretanto, indiretamente pode-se constatar que os moradores querem cidadania, dignidade e inclusão social. Querem dar oportunidades aos jovens e crianças para que estes não precisem passar pelas dificuldades que, hoje, seus pais enfrentam.

Mesmo tendo sido observada a presença de um conselho comunitário sem muita atuação dentro da comunidade estudada, as lideranças das comunidades, principalmente as da vertente oeste do maciço, estão reunidas e dispostas a dar aos moradores melhores condições de vida. Muitas destas tentativas de se obter melhorias na qualidade de vida podem ser, ainda, muito pontuais e muitas delas sem a continuidade que deveriam ter. Talvez pela falta de comunicação das lideranças com o restante dos moradores e por falta de envolvimento por parte destes nas causas de interesse da comunidade, mas não se pode querer esperar que todas as soluções partam da organização dos moradores. Sem dúvida o interesse do poder público é imprescindível para que muitos projetos para a área sejam viabilizados.

ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO

No decorrer desta pesquisa foi constatado que o Morro da Mariquinha, hoje, sofre com sérios problemas ambientais que são, com frequência, encontrados em grande parte das comunidades pobres, no caso de Florianópolis, instaladas em encostas de morros. É importante esclarecer que os problemas ambientais aqui citados não serão apenas os “do meio ambiente”. SOUZA amplia o conceito e inclui os problemas do ambiente socialmente construído, como por exemplo, saneamento, lixo e habitação. Considerando o impacto que os problemas desta ordem têm na vida das pessoas o autor afirma que “os problemas ambientais são todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos...” (SOUZA, 2000, p. 117). Sobre o conceito de qualidade de vida ele esclarece: “ela (qualidade de vida) engloba também aquelas coisas que não podem ser simplesmente adquiridas (...), mas que interferem no seu bem-estar” (SOUZA, 2000, p. 117).

Trazendo esta linha de raciocínio para o caso do Morro da Mariquinha, destaca-se a vista que se tem sobre a cidade como sendo uma paisagem bonita, agradável, um lugar privilegiado. Por outro lado, a presença do tráfico de drogas, e a violência decorrente dele têm o efeito contrário. Em comunidades carentes, onde prevalece a ocupação intensa, desordenada e sem infra-estrutura a criminalidade se instala mais facilmente, e os aspectos que suprimem a qualidade de vida dos moradores se tornam mais numerosos.

SOUZA aponta este tipo de ocupação com a degradação do meio ambiente, como uma relação de causa e efeito. Para ele, os impactos ecológicos causados são fruto da segregação socioespacial a que estão sujeitas as camadas mais pobres. As ocorrências

de “(...) desmatamento de encostas e a interrupção dos caminhos naturais de drenagem das águas pluviais na esteira do surgimento ou da expansão de uma favela” (SOUZA, 2000, p. 116), mostram a tentativa destas pessoas de garantirem seu espaço mesmo que em locais inadequados para a habitação. Isto é exemplificado por LINDAU quando ela observa na comunidade do Morro da Polícia, em Porto Alegre, que “... devido à grande pressão urbana as sub-habitações nessas áreas crescem livre, rápida e desordenadamente” (LINDAU, 2000, p. 67).

Este tipo de ocupação irregular ocorre muitas vezes em locais que a legislação prevê restrições de uso, como é o caso do Morro da Mariquinha, que está inserido em uma APP (Área de Preservação Permanente). Com base nas informações expostas no site do IPUF, são consideradas APPs as áreas “necessárias à preservação dos recursos e paisagens naturais, e à salvaguarda do equilíbrio ecológico”. Observando os pré-requisitos considerados pelo órgão, constata-se que a área estudada se inclui nesta categoria, pois corresponde aos topos de morros e linhas de cumeada, possui encostas com declividade igual ou superior a 46,6% e apresenta áreas onde as condições geológicas desaconselham a ocupação (IPUF, 2002).

É inegável o fato de que não só os moradores da comunidade do Morro da Mariquinha, como os de todas as outras comunidades que ocupam o entorno do Maciço Central, são vítimas de sua própria ocupação. SOUZA mostra que

(...) aqueles que mais sofrerão com as catástrofes “naturais” desencadeadas ou potencializadas por esses impactos (tais como desmoronamentos ou deslizamentos de encostas) serão justamente aqueles pobres urbanos segregados e mais diretamente expostos ao perigo e induzidos a conviverem com ele (...) (SOUZA, 2000, p. 116).

Entretanto, se são tantos os prejuízos de se morar em uma encosta de morro, por que tantas favelas estão instaladas nesses locais? SOUZA (2000) lembra que não se trata de uma escolha.

As “vantagens” de se morar em favelas, sempre lembradas pelos moralistas (ou cínicos), como o não-pagamento de impostos, não eliminam o fato de que, qualquer “escolha” se dá no contexto de um quadro de vida caracterizado em função das carências materiais (...) (SOUZA, 2000, p. 136).

As facilidades de se morar na encosta oeste do Maciço Central foram exaltadas diversas vezes por moradores, quando citaram, por exemplo, a proximidade com o centro da cidade, dispensando a utilização de transporte urbano, e as oportunidades de trabalho que

este oferece. "(...) As cidades são, a despeito de seus problemas, um manancial incomparável de oportunidades para os pobres urbanos" (CAMPBELL⁴ apud SOUZA, 2000).

Contudo, junto com estas "oportunidades", há também discriminação e exclusão social. A mídia reforça este comportamento publicando, de forma sistemática, matérias que degradam a imagem dos moradores. Segundo MELLO (2001), "trata-se de caracterizar toda uma população como perigosa, indigna de confiança. Mas a arma usada é ainda a palavra, acrescida, agora, de imagem" (MELLO, 2001, p. 139). Ela ressalta a responsabilidade da mídia quando se trata de "(...) Identificar segmentos da população como portadores de malade pelo simples fato de serem pobres (...)" (MELLO, 2001, p. 139). Mesmo não sendo explícito, o periódico analisado corrobora este pensamento direcionando suas notícias para assuntos que conduzem à formação de um estereótipo negativo.

A respeito da exclusão social, WANDERLEY analisa que "(...) os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente (...), mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural" (WANDERLEY, 2001, p. 17-18.). Em contrapartida, MARTINS (1997) critica o mau uso do conceito de "exclusão", e mostra que trata-se, justamente, da inclusão/reinclusão do indivíduo, que normalmente é feita de maneira "precária e instável ou marginal" (MARTINS, 1997, p. 26). Ele lembra que este ciclo sempre existiu no capitalismo e exemplifica: "os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria". A tão falada "exclusão", para MARTINS, só passou a receber mais atenção porque, nos últimos anos, aumentou o tempo necessário para o trabalhador se re-incluir, "(...) e freqüentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação" (MARTINS, 1997, p. 32).

Outro ponto que merece atenção é que o processo de formação da comunidade estudada começou lentamente, de forma que os impactos causados pela chegada de cada morador eram mais facilmente absorvidos pelo ambiente. Embora houvessem as carências esperadas em um local recém ocupado, como falta de água, luz, esgoto, acessos e etc., a rua Laura Caminha Meira, atual Morro da Mariquinha, ao contrário da situação atual, era um local seguro. Isto se deve tanto a aspectos diretamente relacionados ao meio ambiente como a aspectos sociais.

Naquela época, a ocupação predominava nas áreas onde as declividades são mais baixas, retirada de vegetação, produção de lixo e cortes de barranco ocorriam em menor escala e o nível de pobreza era menor. Isto foi constatado em vários relatos de moradores dessa época. Em um deles, a moradora fala sobre as dificuldades na criação dos filhos nos dias atuais: "Hoje eu não criaria os seis. Naquela época era mais fácil, hoje eu não ia conseguir" (Entrevista 03).

A partir de quando esse quadro teria se modificado? PAMPLONA (1999) atribui o princípio desta mudança à vinda de instituições estatais (Eletrosul, Universidade Federal de Santa Catarina, etc.) para Florianópolis, o que teria impulsionado a economia e, conseqüentemente, atraído uma população rural pobre a vir em busca de emprego. "(...) Este fato foi mais um que impulsionou o crescimento e adensamento da mancha urbana, não só do Distrito Sede, mas no aglomerado urbano como um todo" (PAMPLONA, 1999, p. 57). Segundo ele, o crescimento relativo da população da aglomeração urbana de Florianópolis, entre 60 e 70 correspondeu a 182,08%, já nos períodos de 70 a 80 e 80 a 91, o crescimento não passou de 35%. Este fato é confirmado nos relatos dos antigos moradores, que afirmaram que após o auge de crescimento populacional entre 60 e 70, o Morro da Mariquinha e demais comunidades do entorno do Morro da Cruz passaram a ser ocupados, sistematicamente, principalmente por imigrantes do interior do Estado, como ocorre até hoje.

Um aspecto que difere aquela época dos dias atuais é a organização comunitária. Muitos relataram, sem precisar as datas, que havia uma mobilização entre os moradores e que muitas vezes a comunidade obteve êxito em suas reivindicações. Entre alguns casos citados estão: a construção das igrejas, a requisição de uma nova creche para a comunidade - que envolveu desde o pedido de compra de terreno até o mutirão para a sua construção - e até mesmo o conserto de uma rua após uma chuva intensa. SOUZA (2000) situa os períodos de auge e declínio do ativismo de bairro no Brasil como sendo em meados da década de 70 e meados da década de 80.

(...) Durante este período relativamente breve, organizações que, muitas vezes, tiveram origem em lutas pontuais em torno de comitês de moradores mobilizados pelo saneamento básico, pela preservação ambiental, etc. chegaram a protagonizar verdadeiros movimentos sociais, organizados em escala supralocal (estadual e mesmo nacional) politizados e aguerridos (SOUZA, 2000, p. 140).

4 CAMPBELL, Tim. Desenvolvimento Urbano no Terceiro Mundo: dilemas ambientais e pobres urbanos. In: LEONARD, H. Jeffrey (Org.). *Meio Ambiente e pobreza*. Estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

A mobilização da Mariquinha teve um efeito um pouco mais duradouro. Em sua entrevista, Leonice recorda que a igreja, inaugurada em 96, foi fruto do ativismo dos moradores. Segundo ela, já havia um afastamento geral das pessoas para as causas sociais, mas ainda era possível este tipo de organização. Talvez a construção da igreja tenha sido o último suspiro do movimento social dentro do Morro da Mariquinha. Certamente este não foi o último êxito da comunidade em termos de melhorias, mas segundo Leonice, é muito difícil reunir as pessoas em torno de uma causa, atualmente.

Ela lembra com orgulho do mutirão para a construção do parque do CEI, realizado em 2001 por pais, professores e funcionários. Souza aponta razões para o declínio do ativismo de bairro. No caso específico das favelas seriam: a separação que existe entre os bairros comuns e favelas, fruto de preconceito, o clientelismo - que levaria a uma acomodação - e o tráfico de drogas, como fator desestruturador e reestruturador das relações. Estas razões levantadas por SOUZA se aplicam ao caso da comunidade em questão, sendo o último deles, de maior influência. Leonice atribui a desmobilização à excessiva troca de lideranças do conselho comunitário. O que se conclui é que estas trocas já deviam ser fruto de um desinteresse geral dos moradores pelo conselho da comunidade.

É difícil precisar com certeza, mas é possível que cada uma dessas razões citadas tenha culminado com o fim do sentimento de comunidade no Morro da Mariquinha. No dicionário, o verbete "Comunidade" é definido por: "(...) 8. Grupo de pessoas que comungam de uma mesma crença ou ideal. (...) 12. Agrupamento com forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos (...)" (FERREIRA, 1975, p. 356-357). Existe a hipótese de que as causas atuais não congregam tanto as pessoas como antes e que o fato de haver uma rápida renovação/inclusão de moradores naquele meio dificulte uma relação mais próxima e solidária entre as pessoas. E também, a presença do tráfico, a disputa por oportunidades de emprego, por vaga na escola, por espaço para morar... Talvez seja difícil pensar em melhorias para todo um grupo de pessoas quando está tão difícil garantir o mínimo para a própria família.

O CEI CRISTO REDENTOR COMO ESPAÇO DE USO COLETIVO

Sob a coordenação de Leonice Bouffleur, o CEI Cristo Redentor tem um papel inestimável para o Morro da Mariquinha, que ultrapassa o âmbito da educação infantil. Não se trata do único espaço de uso coletivo da

comunidade, considerando que um pouco abaixo está instalada a Igreja Nossa Senhora Aparecida, mas em termos de atuação junto aos moradores, a creche se destaca.

Além de cumprir a importante tarefa de cuidar das crianças no período em que suas mães trabalham, a instituição oferece atividades de educação ambiental, desde a confecção de brinquedos com sucata, até uso de papel reciclado e a importância do fim correto a ser dado ao lixo "A nossa criança sai levando papel higiênico para limpar o nariz, para ir no banheiro (...) Ganha bala, leva bala e nunca um papel vai para o chão, todo mundo põe no lixo" (Entrevista 04). A coordenadora da creche comemora os resultados quando relata o ocorrido em uma atividade realizada entre turmas sendo, inclusive, algumas de escolas particulares.

Nós fomos em uma atividade no SESC, onde tinham várias escolas e a gente levou lanche. A gente é "piqueniqueiro". Adoro piquenique. Onde vai, leva junto. E a gente viu as nossas crianças todas botando no lixo, e com as outras escolas isso não acontecia (Entrevista 04).

Este fato mostra o quão infundado é o pensamento de que a falta de educação é resultado do baixo poder aquisitivo ou que está sempre presente em locais onde há grandes carências de bens materiais. A diferença entre uma criança de escola particular e uma de escola pública, ou de uma creche do Estado, como é o caso do CEI, está no interesse e nos recursos utilizados em sua formação. A fala de Leonice, citada anteriormente, mostra que às vezes a solução para alguns destes problemas pode ser simples, quando ela comenta que o aprendizado fica comprometido pelo fato de que as crianças não têm acesso a revistas, em casa, para recortar as letras do alfabeto.

Outro problema com o qual a creche "aprendeu" a conviver é a falta de espaço. Em abril deste ano, após muita reivindicação, a igreja da comunidade passou a ceder uma de suas salas para a turma de crianças de cinco a seis anos do CEI. Entretanto, em uma conversa com Leonice, ficou claro que o problema da falta de espaço não se limita apenas a uma sala no prédio da creche. Uma das principais reivindicações atualmente é por um espaço de lazer principalmente para jovens e crianças. Este problema foi provisoriamente contornado após o mutirão de pais, funcionários e professores para a construção de um parque nas dependências do CEI.

O contato aproximado que a creche obteve e se esforça para manter com os pais de alunos é muito valioso, e alguns relatos mostram que seus resultados são visíveis. Ao afirmar que não há um conselho comunitário atuante na comunidade, o morador recente lem-

bra que as únicas reuniões para as quais ele é convidado são as organizadas pela creche, mostrando que a instituição é o que existe de mais comunitário no morro atualmente. É possível perceber a importância do contato próximo firmado com os pais de alunos, nos grupos de mães, por exemplo. Segundo Leonice é nestes momentos que ela tem oportunidade para falar de saúde, vacinas, uso de camisinha, etc. Ela lembra um fato recente:

Essa semana, um pai veio para mim (...) e ficou me olhando. Ele nunca tinha feito isso comigo. Aí ele assim: "Olha Léo, eu vou te fazer um pedido que pode ser meio estranho..." E eu disse: "Não, aqui nada é estranho! O que é?", "Tem camisinha?", "Claro que eu tenho camisinha aqui! Vamos levar já a camisinha!" Com certeza, esse tipo de pedido, há anos atrás, seria mais tímido, talvez não aconteceria. Mas, com a abertura que se tem, com algumas coisas informais que se fez, um homem consegue vir pedir camisinha para a coordenadora da creche (Entrevista 04).

Um momento em que esta união é reforçada é na Festa da Família, que acontece anualmente e também é organizada pela creche. A proposta é de que cada família prepare um prato para levar e os funcionários e professores os servem na festa. Nada é cobrado e a bebida alcoólica é controlada.

(...) o limite são dois garrafões de vinho. Acabou, acabou. É no refrigerante que vai a coisa. Porque é da família e a gente sabe que muitas pessoas têm problemas de não saber controlar a bebida. Então, a gente sabe que é um limite que não tem como ninguém se embriagar (...) E não tem venda de bebida alcoólica, ninguém leva. A gente não patrocina isso (...) (Entrevista 04).

A festa é realizada fora da comunidade, fato que mais uma vez remete ao problema da falta de espaço. O transporte para o local também é adquirido pela própria creche que normalmente consegue um ônibus especial para as famílias. Apesar de todas as dificuldades a festa é sempre muito esperada.

Talvez seja o caso de repensar a posição da creche como Centro de Educação Infantil (CEI). Diante destes fatos expostos fica a impressão de que esta denominação já não engloba mais todas as propostas de atividades que a instituição oferece. Seria mais justo, quem sabe, chamá-la de Centro Comunitário do Morro da Mariquinha já que é exatamente este o papel que ela desempenha.

(a creche) É a que ganha mais elogios, e a que ganha mais críticas. Tudo. Aqui é a mais mal falada, a mais bem falada. Se eu conseguir a vaga que precisam eu

sou bem falada, se eu não conseguir eu sou mal falada. A gente só é falado bem ou mal quando tem alguma coisa. (...) Dificilmente alguém vai mencionar primeiro a igreja, ou outras coisas. (...) Quando a gente está exposto, a gente recebe tudo. Todas as cargas, tanto as boas como as ruins. Mas, Graças a Deus, são mais boas! (Entrevista 04).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações colhidas durante a pesquisa, pode-se concluir que a origem da comunidade, no início do século, se deu com a ocupação das áreas mais próximas à atual Av. Mauro Ramos, por pessoas de baixa renda. Devido ao reduzido número de moradores e ao lento crescimento da comunidade nos primeiros anos de ocupação, foi possível uma maior solidariedade e união entre as pessoas em prol de causas coletivas. Possivelmente, o desenvolvimento econômico decorrente da ligação rodoviária da Ilha com o continente e a chegada de empresas estatais conjugadas com a existência de uma população empobrecida na zona rural, foram fatores que influenciaram a vinda de grande número de imigrantes do interior do Estado para a cidade, em busca de oportunidades de emprego.

Neste período ocorreu uma explosão populacional no Morro da Mariquinha e demais comunidades da encosta oeste do Maciço Central. Como as comunidades não tinham estrutura para absorver este grande número de pessoas, problemas sociais e ambientais começaram a aparecer. Um deles foi o aumento na retirada de vegetação, e a ocupação gradativa das áreas mais altas e de maior declividade o que resultou nas primeiras residências em situação de risco. Este fato mostra que os obstáculos naturais impostos pelo local não foram empecilho para a instalação de casas.

Além disso, o aumento no número de moradores fez com que as pessoas não conhecessem mais seus vizinhos, e o aspecto solidário dos primeiros anos de ocupação foi se perdendo, resultando em um enfraquecimento gradativo da organização comunitária. Após o auge do ativismo de bairro na década de 80, este enfraquecimento ocorreu de forma generalizada no país. No caso do Morro da Mariquinha, ele ainda perdurou, já sem a mesma força de antes, até meados da década de 90.

Hoje na comunidade não existe uma mobilização envolvendo todos os moradores. A creche tem um papel importante na união das pessoas, mas só atinge o grupo restrito de pais de crianças de 0 a 6 anos matriculadas na instituição. Além disso, existe a presença do

tráfico de drogas que, mesmo que indiretamente, “poda” os objetivos e a esperança das pessoas no que se refere a lutar por melhorias.

O que se poderia pensar, não como solução para todos os problemas, mas como forma de melhorar a qualidade de vida dos habitantes do Morro da Mariquinha e das comunidades do entorno, a médio e longo prazo, seria o investimento na infância e adolescência. Algumas instituições de ensino já desenvolvem trabalhos de

educação ambiental e propõem atividades fora do horário da escola, estimulando, inclusive, a prática de esportes. O objetivo dessas iniciativas é tirar as crianças das ruas. Entretanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Primeiramente, é preciso haver vontade política no sentido de implantar áreas de lazer dentro das comunidades e, além disso, colocar estas atividades ao alcance de todos os jovens, e não apenas ao reduzido grupo que frequenta certas instituições.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, S. *Urbanização das encostas: crises e possibilidades*. O Morro da Cruz como um referencial de projeto de arquitetura da paisagem. São Paulo, 1999. 645 f. Tese (Doutorado) - FAUUSP.
- AN CAPITAL. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/ancapital/>> Acesso em: mar./jun. 2002.
- AN CAPITAL. *Maciço abriga nove das 11 áreas de risco da Ilha*. AN Capital, Florianópolis, 29 ago. de 1999.
- BOUFLEUR, L. T. *A importância do centro de educação infantil na comunidade como fator de sua organização*. 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação Infantil) – UnC.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 1. ed. 14. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 356-357.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.ipuf.sc.gov.br/principal.htm>> Acesso em: 15 jul. 2002.
- LINDAU, H. G. L. *Morfodinâmica do Morro da Polícia em face da apropriação das encostas/Porto Alegre*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFRGS.
- MACHADO, Claudia Xavier. *Análise sócio-ambiental do Morro da Mariquinha – maciço central de Florianópolis*. Florianópolis, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso - UFSC.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. 140 p.
- MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 129-140.
- PAMPLONA, M. Mapeamento da ocupação do solo na porção insular do distrito sede de Florianópolis-SC como base para o estudo do clima urbano. Florianópolis, 1999. 108 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC.
- PLANO COMUNITÁRIO DE URBANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MACIÇO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~laam/macico/>>
- SCHEIBE, L. F. *A Ilha de Santa Catarina e seu quadro natural: aspectos geológicos e geomorfológicos*. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. Curso: A Ilha de Santa Catarina, espaço, tempo e gente.
- SOUZA, M. L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.
- WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 16-26.